

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Gustavo Freitag Vargas

MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E TEORIA DE GÊNERO:

Uma análise de caso

Porto Alegre

2021

GUSTAVO FREITAG VARGAS

MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E TEORIA DE GÊNERO:

Uma análise de caso

Trabalho apresentado como requisito parcial para
a conclusão do Curso de Graduação em
Psicologia pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Nardi

Coorientador: Daniel Kveller

Porto Alegre

2021

Gustavo Freitag Vargas

MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E TEORIA DE GÊNERO:

Uma análise de caso

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Psicólogo.

Aprovado em: __ de _____ de ____

Orientador Dr. Henrique Nardi

Comentadora: Helen Barbosa dos Santos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
MASCULINIDADES E GÊNERO – ESTABELECENDO CONCEITOS	7
Masculinidade Hegemônica	7
Gênero e masculinidade.....	8
O CASO RAFAEL – MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NA PRÁTICA (CLÍNICA)	10
Relato do caso Rafael	11
Masculinidade e a experiência do caso Rafael	16
“NÃO ACEITO QUE FIQUE POR ISSO” – MASCULINIDADE E HONRA	20
RELIGIÃO E A CONSTRUÇÃO DO IDEAL MASCULINO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

Para o “avalanche” Noah – que meu exemplo de masculino seja o mais carinhoso, amoroso, acolhedor e transgressor que tenho capacidade de te oferecer.

INTRODUÇÃO

Considero que para introduzir este trabalho é importante explicar um pouco de minha trajetória e então dos disparadores para escrever sobre a temática da masculinidade. Tive contato com o tratamento psicológico desde cedo; sem completar 10 anos de idade, a terapia já fazia parte de minha rotina, motivada, como é de se esperar, por questões escolares, e então por questões da adolescência, até a idade adulta. Vivenciando os benefícios que o tratamento psicoterápico trazia, decidi ingressar no curso de psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujos ensinamentos atravessaram a teoria de gênero, o que contribuiu fortemente para uma revolução no meu próprio tratamento e meu consequente interesse no tema.

A (des)construção da noção de gênero para mim se fez em meio a muitos textos, discussões em sala de aula, em bares com colegas, em consumo de conteúdos e autoras feministas, culminando no desenvolvimento de uma nova ética que a mim era desconhecida antes, mas que desde então afeta cada suspiro que dou. Portas se abriram para que eu conhecesse quem realmente é, e sempre foi, Gustavo. Descobrir as relações de gênero foi descobrir a minha própria identidade LGBT, foi descobrir que a palavra “normal” é carregada de questões de gênero, cor e desigualdade social – lógica da hegemonia masculina-branco-hétero-cis. A partir disso, com muita terapia, consegui aos poucos descobrir que violências, previamente veladas, eu mesmo havia sofrido (dentro de um lugar de fala homem-branco classe média como sou), o que estava suprimido dentro de mim desde criança, como meu caminho foi guiado e sistematicamente tolhido para eu reproduzisse a lógica misógina, machista, racista, homofóbica, transfóbica e que exigia a demonstração de força, violência, ultra sexualização, dominância, a não-demonstração de fragilidade, vulnerabilidade, o não pedir ajuda, o não falar de suas emoções, o não chorar, o não parecer nada que na mesma perversa lógica remeta ao feminino. Lógica identitária essa que o deixa de ser no instante em que se coloca em ação algo dentro das categorias citadas – eis que a masculinidade se torna frágil.

No fim das contas, quanto mais própria é a masculinidade, mais livre da hegemonia ela é – esta é minha hipótese. Mas para isso, é preciso, a partir do próprio homem, saber por que os homens fazem o que fazem. É preciso discutir a masculinidade – em grupos de

homens, por exemplo, que foi também um dos disparadores dos meus questionamentos sobre masculinidade(s).

Além disso – como se não fosse suficiente – no momento em que escrevo este trabalho, aguardo o nascimento do meu primeiro filho, que pode chegar a qualquer momento e que, além de muitas, muitas outras mudanças, foi gatilho para este trabalho acontecer e ser sobre o que é – que descobertas seriam e serão possíveis caso se (des)construa a masculinidade desde o berço?

Diante deste contexto, trago de minha experiência como terapeuta, enquanto estagiário na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS (CAP-UFRGS) e naquele momento sob o viés da psicanálise, um caso clínico que acompanhei, durante um ano, agora sob a luz de estudos de gênero e de masculinidades. O caso de Rafael¹ é tomado por essas questões, por mais que, na minha visão de terapeuta, estas eram invisíveis ao paciente, ou sequer entravam em questão. Reitero que este trabalho terá o caso clínico como fio condutor, porém sem o objetivo de diagnosticar clinicamente o paciente, mas sim de explorar de que formas a masculinidade hegemônica (a ser conceituada adiante) e seus ideais estão entranhados nas queixas e no sofrimento do paciente. Dentre os 9 pacientes que atendi ao longo do estágio, Rafael era o único homem, sendo que, é de comum conhecimento na CAP-UFRGS, a maioria das pacientes é mulher.

Enfim, este trabalho é um entrelaçamento entre minhas experiências de descoberta de identidade própria, de estudante, de terapeuta/analista e de analisado, somado a elaborações teóricas feitas por autores chave, os quais mencionarei em seguida, e que tem por objetivo levantar hipóteses a partir de um caso clínico a respeito de como o sofrimento psíquico e as queixas do paciente estão em diversas instâncias relacionadas à masculinidade hegemônica reproduzidas em uma cidade na região metropolitana de Porto Alegre.

¹ O nome do paciente e todos outros nomes relacionados ao caso foram alterados.

MASCULINIDADES E GÊNERO – ESTABELECENDO CONCEITOS

Masculinidade Hegemônica

O conceito de masculinidade hegemônica é um que, em minha aposta atual, favorece ao patriarcado, a UMA masculinidade hegemônica que não sugere igualdade entre os gêneros, mas uma supremacia masculina em detrimento de outros gêneros, em uma lógica branco-hétero-cis. Portanto, a masculinidade hegemônica é tomada aqui como uma das possíveis masculinidades existentes, como um dos possíveis gêneros – “não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero”. (Connell, 2013, p. 250) É possível que no futuro essa masculinidade hegemônica mude, com esforços de reforma, e este artigo pretende ser mais uma pecinha nesse enorme quebra-cabeças, para que a masculinidade hegemônica, a nível local, regional e global se torne uma que seja aberta à igualdade com mulheres.

É uma dominação histórica construída por práticas discursivas e não discursivas, estas comumente institucionalizadas (menores salários, feminicídio, atribuição às tarefas domésticas) nas relações de gênero, colocando um gênero dominante, superior, em detrimento dos outros, tipicamente o feminino, além de exercer tal poder também sobre outras formas de masculinidade que não a dominante e podendo, conforme o tempo, adaptar-se a novos ideais de masculino sem que dessa forma deixe de ser dominante (e sempre fortalece o patriarcado) – eis a masculinidade hegemônica. (Connell, 2013)

Em questões mais práticas, a masculinidade hegemônica é baseada no poder tanto sobre as outras masculinidades, quanto sobre outros gêneros. É a que tem as características masculinas já pré-definidas: ser heterossexual, ser provedor da casa, exercer dominância sobre a mulher e filhos, ser racional e objetivo, não-emotivo, se utilizar de violência verbal e física quando julgar necessário, ter a última palavra, defender sua honra etc., ou seja: “O masculino assumirá uma identidade de gênero instituída culturalmente, que supõe ocupar posições sociais determinadas” (Ecco, 2008 p. 95), além de subordinar outras formas de masculinidades que, não seguindo os preceitos citados, sofrerão a devida punição, como exclusão social, violência e morte. Connell (2013) corrobora que o(s) modelo(s) de masculinidade hegemônica carrega “ideais, fantasias e desejos muito difundidos”, mesmo que

não haja um homem específico que carregue todas essas categorias (atrevo-me a dizer que, talvez, a ideia de deus, de um masculino divino, carregue todas, como é colocado posteriormente), nas práticas do cotidiano estão embutidos esses ideais masculinos, que reforçam a hegemonia deste gênero em detrimento de outros. Com isso, ao exercer essa dominação removendo liberdades e violando corpos, os homens caem vítimas da manutenção de seu próprio poder, já que não têm liberdade para viver suas preferências sexuais ou atribuídas ao gênero, e também são os que mais matam e morrem (Atlas da Violência, 2020) – como afirma Connell (2013, p. 247): “No que tange aos custos e às consequências, pesquisas em criminologia mostraram como padrões particulares de agressão eram ligados com a masculinidade hegemônica, não como um efeito mecânico do qual ela fosse a causa, mas através da busca pela hegemonia.” Mesmo assim, a sociedade ama perpetrar homens violentos como “psicopatas”, de modo que a masculinidade hegemônica e as tentativas de sua reprodução se tornam invisíveis como possíveis causas (estruturais) da violência (Connell, 2013) – em vez disso, tratamos autores de violência como “frutas podres na árvore”, dessa forma os excluindo e deixando intactas as estruturas (as práticas naturalizadas no cotidiano) que aí estão influenciando desde meninos esses homens a cometerem tais atos. Dessa forma, essas estruturas, ou normas, ou ideais, mantêm-se invisíveis já que são naturalizados, e não apenas por homens, como por exemplo o mundo da parentalidade, cuidado com as crianças e trabalho doméstico – atividades comumente não questionadas em relação aos papéis de gênero, mas que constituem também as relações de gênero.

Por fim, uma maneira simples de se referir à masculinidade hegemônica, que é aquela que domina o âmbito social, segundo Fuller (2001) como citado por Ecco (2008, p. 94), “toda versão da masculinidade que não corresponda à dominação seria equivalente a uma maneira precária de ser masculino, que pode ser submetido ao domínio por aqueles que ostentam a qualidade plena de homem”

Gênero e masculinidade

A "lógica cis-hétero", ou cisheteronormatividade, a qual várias vezes é mencionada neste trabalho, consiste em uma configuração na qual a orientação sexual e identidade de gênero correspondem ao sexo biológico e aos papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres. Neste estudo sobre masculinidade hegemônica, vem-se a falar de gênero, portanto,

porque a masculinidade hegemônica visará a manutenção do seu sistema de poder, o qual determina o sexo biológico como determinante do ser homem ou mulher, necessariamente, sendo que neste sistema binário, o homem (mesmo que de formas cada vez mais sutis) mantém a superioridade. Dado que "os homens também sofrem" com essa dominação, destaca-se a importância da identidade de gênero, que é como o indivíduo se percebe em relação à sociedade e por aquilo que é atribuído culturalmente a cada gênero, podendo, é claro, ser diferente do gênero atribuído no nascimento, que comumente se dá pelo sexo biológico, que cria uma série de expectativas perante o indivíduo (Butler, 2003)

Enfim, gênero é relacionado com como o indivíduo se vê e se porta no mundo, como na maneira de se vestir, a maneira de falar e de se relacionar com a sociedade e os outros. Questionar os papéis de gênero é questionar os atributos e comportamentos esperados dos homens e das mulheres, bem como é questionar este binarismo afirmando que há outras possibilidades de identidade de gênero independentemente do sexo biológico com que uma pessoa nasce, enquanto “a masculinidade é definida como uma configuração de práticas organizadas em relação à estrutura das relações de gênero” (Connell, 2013, p. 259)

O CASO RAFAEL – MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NA PRÁTICA (CLÍNICA)

No contexto da Clínica de Atendimento Psicológica da UFRGS (CAP-UFRGS), onde tive oportunidade de realizar estágio em processos clínicos pelo período de um ano, os atendimentos são feitos a pessoas da comunidade que procuram pelo serviço, e cujo valor é combinado individualmente com cada paciente (seja financeiro ou não) e seu terapeuta. A cada terapeuta-estagiário é atribuído um determinado número de pacientes, os quais serão atendidos pelo período de um ano com seus devidos terapeutas, sendo que, ao final do tratamento, o paciente pode de fato encerrar seu vínculo com a clínica, ou iniciar um outro tratamento com novo terapeuta. Dessa forma, como terapeuta, os pacientes a serem recebidos no início do estágio ou virão de uma lista de espera (que normalmente leva alguns meses) para iniciar um primeiro tratamento, ou virão encaminhados por outro terapeuta que fazia o tratamento anteriormente. Rafael estava em seu 3º ano de tratamento comigo e, portanto, no seu 3º ano de tratamento na CAP-UFRGS.

É importante explicitar aqui que, na CAP-UFRGS, os atendimentos ocorrem de forma individual e sob viés teórico da psicanálise, especialmente lacaniana. Neste trabalho, porém, a proposta não é analisar o caso de maneira clínica *stricto sensu* e nem propor um diagnóstico, mas sim tomar o caso como um fio condutor para explorar questões de gênero e masculinidades, mostrando algumas formas como a masculinidade hegemônica, como citada anteriormente, foi de extrema influência negativa em situações-chave na vida do paciente, dentro do que foi possível conhecer, entender e analisar dentro do período do tratamento na CAP-UFRGS. O objetivo aqui, portanto, é usar conhecimentos de gênero em um caso específico que exemplifica que, por mais que o patriarcado, a dominação masculina em relação aos outros gêneros, mantenha no poder os homens cisheternormativos, este mesmo sistema acaba os prejudicando, matando, cerceando sua liberdade, como afirma certamente Connell (2013): “Sem tratar homens privilegiados como objeto de pena, devemos reconhecer que a masculinidade hegemônica não necessariamente se traduz em uma experiência de vida satisfatória.”

Como terapeuta na CAP-UFRGS, o caso tratado no trabalho, do paciente Rafael, era o único homem que eu atendia – o que é relevante nas questões de masculinidade porque, sendo um serviço de saúde, já era de conhecimento geral na CAP que homens cisgêneros são a

grande minoria que busca atendimento psicológico, e de fato, homens concentram o maior índice de não-busca a serviços de saúde no geral (Separavich & Canesqui, 2013). Ademais, como será relatado posteriormente, as questões de gênero, principalmente no que tange à violência masculina, sempre me saltaram aos olhos durante as sessões com Rafael – às vezes eu tinha medo de que o novo relato da semana viria com uma história de violência que me faria questionar junto ao supervisor se ali havia um caso de polícia. Ao mesmo tempo, era possível perceber em Rafael, em meio as suas queixas e culpas, o sofrimento, direto ou indireto, relacionado ao seu gênero, ao que lhe foi imposto como correto e determinado, e às vezes que sua vida dava ao redor dessas questões.

Relato do caso Rafael

Como dito anteriormente, a proposta do trabalho não é elaborar um diagnóstico clínico, mas explorar as consequências da masculinidade hegemônica perante o caso de Rafael. Serão relatadas aqui situações relevantes sobre o caso, que foram os principais nortes do tratamento do paciente, sempre envolvendo seus relacionamentos com mulheres, os quais carregam importantes questões de gênero.

Deve ficar claro aqui que o estudo deste caso se dá nas suas devidas condições: Rafael é homem, cisgênero, com 26 anos, branco, heterossexual, de classe média. Morava com os pais, sendo ambos trabalhadores assalariados e sendo ele e a família residentes de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre cuja população gira em torno de 300.000 habitantes.

Atendi Rafael por um ano. À época do atendimento, tinha 26 anos e atuava como bolsista em um setor administrativo da universidade onde estudava. Seu curso era diretamente relacionado ao seu trabalho, e suas queixas eram relacionadas a não conseguir estudar, ter resultados insatisfatórios nas disciplinas, reprovar em diversas delas, enfim, questões relacionadas ao seu foco e vontade em estudar. Ademais, se preocupava muito com sua aparência física, relatava um determinado descontrole na sua alimentação em momentos de estresse e ansiedade, o que relacionava com aumento de peso, sendo que ele considerava que isso deteriorava sua imagem corporal e conseqüentemente sua autoestima. Trazia também, na maioria das sessões, o que chamava de sua “inabilidade social” no que tange a se relacionar amorosamente com mulheres. Queixava-se de solidão: queria uma companhia, ter alguém para sair, passear. Considerava-se inadequado, queixava-se que não sabia “por onde começar”

para conseguir entrar em um relacionamento, sendo que seu sentimento de inadequação vinha, em parte, de sua aparência – sempre falava de seu corpo de maneira depreciativa, e colocava que devido a isso, sentia que não tinha “nada a oferecer”. Sua primeira experiência sexual aconteceu no que considerou tardiamente, aos 25 anos, em uma relação que durou apenas alguns dias.

Morava com os pais em um bairro residencial. Sua casa ficava próxima à igreja a qual frequentou e com a qual contribuiu e fez parte desde criança até 2 anos antes do tratamento. Sua família fazia parte desta igreja e o criou próximo dela. Passou pelos rituais como batismo, primeira comunhão e crisma, e então ingressou no grupo de jovens da igreja, o CLJ (Curso de Liderança Juvenil), no qual chegou à posição de líder. A igreja e a religião tinham grande importância na vida de Rafael, já que muitas pessoas de seu bairro a frequentavam, tinha laços sociais criados ali há muito tempo, além de ter sido criado sob uma moral cristã-católica, a qual é imbuída de ideais de gênero que corroboram com a masculinidade hegemônica aqui criticada.

No caso de Rafael, acabou desenvolvendo necessidades de limpeza, na minha hipótese como terapeuta, através da ideia contrária, de que se tornava sujo por agir de formas que, inconscientemente, deterioravam seu ideal de masculino. Portanto, ao consumir alimentos compulsivamente – atribuindo isso ao seu aumento de peso e conseqüente degradação da aparência – agredia seu ideal de homem forte, musculoso, intimidador, disciplinado, com autocontrole e força de vontade. Com isso, punia-se pela forte culpa que sentia, o que o levava a adotar certos rituais de “alívio”, como tomar banho muitas vezes ou lavar as mãos sempre mais do que o necessário. Os mesmos rituais aconteciam quando cometia o que chamava de blasfêmias, por atribuir o que estava acontecendo de ruim em sua vida às figuras religiosas e, então, ofendê-las mentalmente com palavras de todo tipo.

Na infância e adolescência, sofria violência física dos pais, (por “mau comportamento” – não era algo diário, mas comum) principalmente da mãe (“por não ser comedido”) – se o pai batia, chegava algum momento em que a mãe o parava. Mas se partisse da mãe, não havia quem a parasse, por isso enxergava o pai como uma figura “fraca”, o considerava parado, chato, sem energia. A violência só parou quando cresceu o suficiente para começar a se defender, por volta dos 15 anos.

A seguir constam as descrições dos três principais casos de mulheres com quem Rafael teve algum tipo de relacionamento e que foram importantes no seu tratamento, sendo também os pilares para a discussão sobre masculinidades proposta aqui:

- Caso Maria

Maria foi o primeiro caso relatado por Rafael o qual o paciente denominou como “obsessão”. Não houve muitos detalhes desta relação porque não era pauta dos atendimentos, porém é relevante colocar que esse tipo de caso começou em sua adolescência, próximo ao período em que Rafael parou de sofrer violência em casa por se impor fisicamente aos pais. Estudavam na mesma escola e havia entre Maria e Rafael uma relação de amizade conturbada, em que se xingavam, se agrediam física e verbalmente, mas que Rafael relata como ambos havendo gostado um do outro.

- Caso Helena

Helena era uma adolescente de 17 anos que frequentava o mesmo grupo de jovens de Rafael, em que ele tinha papel de liderança (ele tinha 24 anos na época, 2 anos antes do tratamento). Rafael mantinha contato semanal com Helena devido ao grupo de jovens, gostava dela, mas relatava que não sabia como fazer para revelar seu interesse a ela. Mesmo assim, considerava que eram amigos próximos. Os problemas começaram quando o aniversário de Helena se aproximava, e Rafael sabia que ela faria uma festa, pois outros amigos do grupo haviam sido convidados. Então a festa de aniversário aconteceu, e o convite nunca chegou: Rafael tomou isso como uma ofensa pessoal. Nas semanas seguintes, diálogos aconteceram principalmente por mensagens de texto – Rafael fez cobranças pela amizade, questionava o porquê de não ter sido convidado, dizia-se decepcionado com Helena, que pensava que eles eram amigos. De acordo com o relato de Rafael, Helena não sabia bem como se justificar, não havia pensado em convidá-lo e não queria brigas e discussões, até que falou a Rafael para se afastar e não procurar mais contato, bloqueando-o no celular. Com isso (devido aos vínculos com a igreja, era comum os pais dos jovens fazerem parte de algum grupo de lá, então Rafael conhecia a família de Helena), Rafael decide ir até a casa de Helena para conversar com a mãe da adolescente, com a intenção de que a mãe fale com ela para tentar reverter o mal-estar que havia sido instaurado (noto aqui, com certa surpresa, que Rafael relatava esse episódio com total naturalidade, sem expressar que estava fazendo nada de invasivo ou extremo). Conversou com a mãe da adolescente na porta de sua casa, que em

resposta ainda disse naquele momento que falaria com ela sobre a situação. Assim, no encontro seguinte do grupo de jovens, tentou contato pessoalmente com Helena e, nesta ocasião, uma amiga de Helena (podemos chamá-la de Bárbara) interrompeu a aproximação de Rafael e não deixou que ele se aproximasse de Helena, dizendo que a amiga não queria falar com ele. Como isso aconteceu ao fim da reunião e os outros membros todos ainda estavam por perto, Rafael se sentiu humilhado perante o grupo e não insistiu no contato. Mais tarde, naquele dia, decidiu ir até a casa de Bárbara para exigir explicações, como havia feito com Helena (mais uma vez, surpreendo-me com a naturalidade da decisão). Dessa vez, porém, a tentativa de Rafael não tem sucesso: o pai da menina o recebe muito mal, acha aquela aproximação um absurdo, xinga Rafael de diversas formas e o expulsa de sua porta. Rafael então relata que este pai havia “descido o nível” sem necessidade. Naquela semana, uma tia de Helena ligou para Rafael em sua casa e o agrediu verbalmente, dizendo para ficar longe dela e o acusou de perseguição. Rafael sentia que todo aquele caso estava indo longe demais, então se ausentou da igreja por alguns encontros. Passadas poucas semanas, relata que não conseguia parar de pensar em Helena e de como tudo o que estava acontecendo era um exagero, um mal-entendido, e aquela situação não poderia ficar “por isso mesmo”. Tentou novamente contato com Helena. Então, o caso estava se espalhando pela igreja e pela comunidade. Rafael, ao retornar à igreja para um encontro dos jovens, foi chamado para conversar pelo padre responsável pela igreja e os “padrinhos” (estes eram geralmente os pais dos jovens) e teve sua posição de liderança no grupo revogada e lhe foi pedido que se afastasse da paróquia, “pelo bem de todos”. Este processo enfurecia Rafael: sentia-se injustiçado, porque “não havia feito nada grave”. Rafael então deixou o grupo e ficou um tempo sem aparecer. Após algumas semanas, resolveu retornar para conversar apenas com o padre, sempre com a intenção de definir melhor as coisas e buscando retornar ao grupo. O padre, porém, manteve sua posição (Rafael chegou a procurar o órgão de administração das igrejas locais e abriu uma queixa contra o citado padre). Contudo, o retorno de Rafael à igreja não deixou de ser notado por outros, e o movimento foi interpretado pela família de Helena como uma nova tentativa de perseguição, então a tia de Helena ligou novamente para Rafael e ameaçou acionar a polícia e processá-lo na justiça. Rafael então relatou que decidiu ele mesmo abrir um processo contra a tia de Helena e, como resposta, o mesmo foi feito pela tia de Helena. Ao longo dos anos, houve poucas audiências sobre o caso, e durante o tratamento, este processo estava parado na justiça e tinha como objetivo, pela parte de Rafael, obter retratação por danos morais, afinal o paciente se dizia injustiçado e não aceitava que tudo “ficaria por isso mesmo”. Nos meses finais do tratamento, houve uma audiência, Rafael

propôs um acordo à família de Helena, então ambos os processos foram retirados e o caso encerrou-se após pelo menos dois anos. À época, interpretei este passo como muito importante no tratamento de Rafael.

· Caso Jéssica

Após algumas semanas do processo com Helena ter-se encerrado, Rafael passa então a comentar sobre Jéssica, que era sua colega de faculdade em duas disciplinas, bem como colega de trabalho – ela havia recém entrado no setor no mesmo cargo de Rafael. Sua relação de amizade começou de maneira comum: Rafael a convidou para participar em um trabalho de grupo em uma das disciplinas, e resolveram formar um grupo também na segunda disciplina. De acordo com os relatos, Rafael tentava se comunicar, “puxar conversa”, em qualquer oportunidade que enxergava, mas, mais uma vez, não tinha sucesso em demonstrar suas intenções. Aproximaram-se mais sendo colegas de trabalho: Rafael ajudava Jéssica em tarefas e apresentou os amigos que já tinha por lá. Concomitantemente, Rafael prestou um concurso público para assumir uma posição fixa em sua área, no próprio setor em que já trabalhava, e no qual havia passado, estando apenas aguardando o chamamento. Porém, em meio a isso, Jéssica informa ao grupo de trabalho, em uma das disciplinas, que estava mudando de grupo para fazer o trabalho com outras amigas. Situação semelhante ao convite de aniversário de Helena acontece: Rafael interpreta isso como um ataque pessoal, como um descaso de Jéssica em relação a ele e, indignado, decide “tirar satisfação” com Jéssica, questiona por que ela havia saído do grupo sem conversar com ele em particular antes. Então acabam tendo uma discussão, e naquele momento Rafael diz que “se é assim”, então sairá do outro grupo também. Troca insultos com Jéssica: “pensei que éramos amigos, mas somos só colegas”. Jéssica disse para que ele se afastasse, e que não tinha “esse tipo de drama nem com o rapaz com quem estava saindo”. Rafael fica em choque com a informação da existência de alguém com quem Jéssica estava se relacionando e questiona assertivamente o porquê de ela não ter informado ele desse (aqui, mais uma vez, fico surpreso com a naturalidade no discurso do paciente, que não achava que havia nada errado ou exagerado em sua fala). Com isso, Rafael passa a falar sobre Jéssica em todas as sessões, sendo que o contato entre ambos havia cessado. O paciente então passou a considerar formas de reconciliação: pensava em comprar-lhe um presente, pedir para algum amigo em comum falar com ela em sua defesa, mas também descontar sua raiva verbalmente em Jéssica. A colega não queria mais contato nenhum, o que aconteceu também no ambiente de trabalho. Como já havia acontecido antes,

após alguns dias, Rafael passa a acreditar que tempo suficiente já correu e seria possível, portanto, que uma nova tentativa de contato tivesse um resultado melhor – e só conseguiria saber de fato se tentasse. Abordou-a nos corredores da faculdade e foi rechaçado pela colega, mandando-o deixá-la em paz. Contudo, Rafael não aceitava ter sido cortado da vida de Jéssica e por algumas semanas se dizia revoltado com a situação. Por conta disso, acabou se afastando também dos colegas de trabalho, que costumavam conviver com Jéssica. Então, algumas semanas depois, Rafael sentiu que aquela situação já havia se estendido demais. Não havia ainda pedido perdão porque não acreditava que havia feito nada de errado, porque, já deveria ter sido perdoado por Jéssica àquela altura e a situação já deveria ter sido esquecida. Portanto, dado o tempo que havia passado, quem estava errada na situação a partir de então era a colega. Rafael relatava que durante o expediente de trabalho, Jéssica tinha que passar por sua mesa para se deslocar no setor – sabia quando ela estava em outra área, quando ela estava no banheiro, na máquina de café, batendo o ponto, enfim. Após outras tentativas de contato, Jéssica acabou relatando a situação com Rafael, acusando-o de perseguição e falando com seu chefe no setor onde trabalhavam. Este então chamou Rafael para conversar e recomendou que pegasse a vaga na outra universidade (havia passado em outro concurso semelhante para outra universidade), porque a situação ali estava insustentável. Mas Rafael insistia que queria permanecer naquele setor, naquela universidade, e acreditava que as coisas poderiam melhorar com o tempo. O tratamento se encerrou antes que eu pudesse saber sobre o desfecho deste caso.

Ser terapeuta de Rafael era um desafio muito grande: ficava iminente que Rafael eventualmente sofreria outro processo, ou uma medida protetiva, e meu receio era de que se tornasse violento com Jéssica e que perdesse tudo – sua vaga na faculdade, seu emprego no concurso. Ia por um caminho de destruição e parecia não enxergar, só se sentia injustiçado e não conseguia avançar, deixar essas situações para trás. Não aceitava que ficasse por isso mesmo.

Masculinidade e a experiência do caso Rafael

Em primeiro lugar, é necessário colocar que nem todas as questões e problemas com o caso de Rafael devem ser atribuídos a relações de gênero: seu diagnóstico é complexo, assim como a constituição de seu próprio sujeito, com suas particularidades desenvolvidas a partir de sua criação no seio familiar, de sua comunidade, de sua cidade, enfim – da geografia e contexto sócio-histórico do lugar onde vive, que exerce influência a partir de um contexto

geral para um particular. Sendo assim, que questões então podem ser atribuídas ao masculino? Aqui me refiro à noção de masculino que lhe foi ensinada em sua família e sob a qual foi criado, considerando as expectativas de sua família nuclear e estendida a respeito das expectativas do que é ser homem e do “agir homem”: o que deve ou não fazer um homem, como nesse ato se produz (ou não) um homem e no caso negativo, de que forma será a retaliação por esse não alcançar expectativas – corroborando com o conceito de masculinidade hegemônica citado anteriormente e como afirma Connell: “O conceito de masculinidade hegemônica não busca abarcar tudo e muito menos ser uma causa primeira; é uma forma de entender certa dinâmica no seio de um processo social” (p. 256). Portanto, o que é desenvolvido aqui toma como base o pensamento de como a masculinidade hegemônica ajuda a compreender a experiência deste caso, não havendo nenhum intuito acusatório para com o paciente de “agir conforme a norma masculina”, mas procurar entender e levantar algumas hipóteses a respeito dessas violências a partir da constituição dele como homem – não violento por ter um ou outro diagnóstico, mas por ter relação direto com ser homem em ato e crenças.

Como terapeuta anteriormente e agora sob a luz dos estudos de gênero, confesso que muitas coisas mudaram na minha visão do paciente. De fato, e como será elaborado posteriormente, a igreja, a religião cristã-católica e a moral neste contexto ensinada, bem como a noção fixa dos papéis de gênero, que definem o que é masculino e feminino e o que não é, contribuem estruturalmente no caso de Rafael em relação a suas queixas, sofrimentos e crenças. É impossível não me questionar que tipos de intervenção diferentes poderiam ter sido feitas à época caso os *insights* que vieram ao escrever este trabalho o tivessem vindo então.

As sessões de Rafael não eram fáceis de presenciar – havia certa “auto permissão” por sua parte em estar, pelo bem ou pelo mal, na vida das mulheres de quem se interessava. A cada sessão havia um receio de que seu relato viria junto a uma violência mais grave praticada durante aquela semana. Seu desejo parecia autorizá-lo a estabelecer um “temporizador” em uma briga, após ouvir um “afaste-se de mim”, ou “me deixe em paz”, ou ainda “não quero mais papo contigo”. Após uma semana, um mês ou 6 meses, Rafael considerava que o tempo já havia sido suficiente e que a questão havia virado “coisa do passado”. As mulheres, a partir de então, é que lhe deviam o perdão – afinal, havia confessado seu “pecado” e, assim como contava com um perdão divino em suas crenças, contava também com o perdão feminino – e deste não abria mão de forma alguma. Seu erro havia prescrito e, portanto, a tentativa de relacionamento deveria ser retomada – que, de acordo com os relatos, deveria voltar a ser uma

amizade como era antes de ele avançar barreiras de intimidade que a outra parte não reconhecia como apropriadas na relação – para então retornar à possibilidade do envolvimento romântico-sexual com a, no seu ver, “potencial parceira”.

Para definir melhor o que foi dito sobre “perdão divino”, o que será aprofundado posteriormente, lanço aqui a primeira hipótese a respeito do caso: o ideal de homem para Rafael foi construído desde cedo com base na moral religiosa cristã-católica, a qual reproduz papéis e prescrições de gênero fundamentadas no patriarcado e na dominação masculina (Lemos, 2008).

A nível particular, o ideal do que é ser homem atravessava Rafael através de sua cobrança e conseqüente culpa: o homem ideal deve ser bonito, deve ser conquistador, deve ter facilidade em se relacionar com mulheres, deve estar se relacionando com (ao menos) uma mulher, deve ter um porte físico de “galãs de novela”, deve ser independente financeiramente, deve ser ouvido pelas pessoas ao seu redor, deve ser orgulhoso de si mesmo e não “levar desaforo para casa”, deve ser respeitado e admirado por mulheres, e mesmo temido por essas se necessário para que haja respeito (o respeito é disfarçado como justiça).

E a realidade de Rafael nesses aspectos consistia em acreditar que tinha uma aparência desagradável tanto em relação a traços de seu rosto, e quanto a seu corpo (Rafael tinha certo sobrepeso) com isso, a consequência era de que ele próprio não tinha **valor**, “nada a oferecer” quando tentava se relacionar com uma mulher – **porque acreditava em um ideal masculino, e passava longe dele**. Não se sentia à vontade para conversar com uma mulher em um ambiente social, por exemplo: alguma reunião com amigos, festas, bares etc., porque, além de se sentir sem valor, carregava um estigma de que sempre ao iniciar uma conversa, suas intenções com a pessoa ficariam indubitavelmente explícitas, a saber, de um envolvimento romântico sexual. Ora, dadas as devidas condições (e aqui me refiro a estar em um ambiente como os citados em que esse tipo de interação social acontece com frequência, mesmo entre pessoas desconhecidas), mesmo assim Rafael sentia como se, ao iniciar uma interação com as intenções que tinha, estava de alguma forma **solicitando** algo da mulher, algo que, caso a mulher concedesse, estaria perdendo – perdendo alguma fatia de seu valor, algo que, ao final da interação, resultaria na mulher **ser menos** do que antes, enquanto que Rafael seria **mais**. Com essa crença do conquistador e a conquistada, Rafael elaborava uma troca assimétrica e, portanto, cheia de culpa. Não encarava tal ação como “normal” então se sentia inadequado (como poderia tentar obter valor de outra pessoa se não tinha seu próprio valor a oferecer em

troca?). “Como as outras pessoas fazem isso?”, perguntava-se em sessão. Dessa forma, as potenciais (no ver de Rafael) relações que ele poderia ter acabavam sendo muito caras a ele. Quando Rafael conseguia ultrapassar determinada barreira de interação social e intimidade com uma mulher, ela se tornava seu objeto de desejo intransponível – ter a possibilidade, ainda que remotíssima, de um relacionamento afetivo/sexual fazia com que Rafael agisse de formas destrutivas e autodestrutivas. E qual a relação disso com a masculinidade que estamos lidando?

“NÃO ACEITO QUE FIQUE POR ISSO” – MASCULINIDADE E HONRA

De acordo com Guerra et al. (2015), a honra se refere à estima de uma pessoa na medida em que é considerada pelas outras, que se dá através de um código de condutas desejáveis (e indesejáveis), que existe nas sociedades e é naturalizado em seus indivíduos de acordo com, por exemplo, sexo biológico e faixa etária. Com isso, a honra masculina está diretamente ligada ao olhar do outro sobre este homem, como uma vigilância invisível aplicada ao homem que, para “defender sua honra”, deve se “provar homem” constantemente, reproduzindo os comportamentos já citados típicos da masculinidade hegemônica. Com isso, a preocupação com a própria reputação do ser homem está diretamente ligada à defesa desta honra e de sua virilidade (Guerra et al., 2015).

Como citado nos relatos acima, as ações de Rafael no que diz respeito ao seu discurso de “não aceito que fique por isso” eram resposta a uma ofensa a sua honra, ao seu prestígio, e assim ele se via impelido a defendê-la. Em um primeiro momento ele costumava admitir que havia errado (como logo após os primeiros conflitos com Helena e Jéssica), porém esse erro tinha um prazo de validade determinado por seu próprio critério, a saber, sua honra: após passado algum tempo, normalmente algumas semanas, Rafael passava a acreditar que aquele tempo havia, ou deveria ter remediado a situação. Deparando-se com a realidade de que nada havia mudado na opinião delas, o conflito era instaurado e Rafael passava a se sentir injustiçado, prejudicado, desrespeitado e então falava e agia como se as mulheres estivessem, sem direito algum, desrespeitando o seu valor. Como defesa de sua própria honra, o paciente determinava que a sustentação daquela situação (de não querer ter contato ou se relacionar com ele) era uma ofensa e, portanto, elas estavam cometendo seus próprios erros para com ele, o que lhe permitia voltar a um nível igualitário, neutro na relação (já que para ele, ambos haviam errado), como se o seu erro fosse compensado pelo “erro” delas e o jogo relacional voltasse ao zero a zero, **devendo** abrir novos caminhos e possibilidades, sob pena de as mulheres serem por ele acusadas de não reconhecer que erraram também e, dessa forma, tornarem-se “menos” que Rafael, terem menos valor como pessoa, afinal, ele havia reconhecido seu próprio erro e elas, não – eis o ciclo de Rafael.

Como dito anteriormente, no papel de seu terapeuta, acabei chegando, com os estudos sobre gênero, a conclusões que não haviam surgido antes: como Rafael mantinha um discurso

demasiadamente autodepreciativo, uma das únicas formas de sentir que tinha valor é a partir da dominação, da violência, da demonstração de poder que é esse tipo de invasão na vida das mulheres. Ele precisava da aprovação dessas mulheres para sentir o contrário do que pensava de si mesmo e no momento que via isso se afastar, depreciava daí a própria mulher como forma de valorizar a si mesmo. Como terapeuta, havia uma hipótese de que ele não tinha suficiente “noção social”, ou seja, de que ele não sabia que estava cometendo atos de violência – enganei-me, pois. Ele tinha plenamente essa noção – talvez não tivesse a intenção da violência, contudo acreditava que estava exercendo seu direito sobre as mulheres, exercendo o poder que lhe é devido pelo fato de ser homem, criando uma estratégia, ao longo daqueles relacionamentos, de manutenção de sua posição, encontrando as consequências citadas. Como diz Connell (2013): “Qualquer estratégia de manutenção do poder é mais comumente envolvida na desumanização de outros grupos e num correspondente definhamento da empatia e do envolvimento emocional subjetivo.”

Rafael se sente injustiçado – e essa injustiça com ele próprio não é passível de perdão ou esquecimento, ela **deve** ser resolvida: **é um atentado a sua honra**. Portanto, por sua honra, ele passa a se motivar e permitir a busca por essa justiça: empossado do discurso de vítima da situação, empodera-se para sua defesa e justifica seus atos por seus fins – transformando a situação em que a masculinidade hegemônica o oprime (nas formas das prescrições de como um homem deve ser para ter valor) para um uso de sua posição para ser o dominador em ato, apoiado pela defesa de sua honra, na forma de busca por justiça. E, dessa forma, age de forma violenta com as mulheres que já não querem mais nenhum tipo de relação com ele – perseguindo, insistindo no contato, pedindo a outras pessoas conhecidas em comum para falar com elas, atacando-as verbalmente para outras pessoas, difamando-as. Fica evidente por essa linha que Rafael é prejudicado pela “prescrição” que lhe foi ensinada desde o berço e nos seus meios sociais (principalmente a igreja), uma vez que, na sua crença de que teria valor em si mesmo conquistando esses ideais, esse valor imaginário resolveria o sofrimento causado por sua solidão – com um corpo ideal, aparência ideal e independência financeira, com isso, “com certeza já teria conseguido uma namorada” – e então teria valor.

O privilégio masculino aí se coloca principalmente a partir do que Rafael acredita que lhe é devido, o que lhe dá o direito (poder) de pensar e agir perante aquela “injustiça”, ou seja: existe um conjunto de atos e discursos provenientes de uma **mulher** (que nas situações levantadas no caso clínico, estava sempre subordinada a ele de alguma forma – de um ano anterior no colégio, ou integrante no grupo de jovens em que ele próprio era líder, ou bolsista

novata no seu setor de trabalho) que o permitirá e validará cometer atos de violência contra essa mesma mulher, na medida em que fere a sua honra masculina e que o priva de um potencial – na visão dele – relacionamento afetivo, o que seria a realização de seu desejo mais caro. Fica claro aqui que Rafael não se frustrava apenas pela nova impossibilidade (a porta que se fecha) de um até então potencial relacionamento: sua crença gira em torno de que, se a mulher mostrou em um certo ponto uma determinada “abertura”, esse fato sozinho já demonstrava a Rafael que essa possibilidade havia ali se instaurado e já não importava mais o que a mulher queria ou não queria – a partir dali, na visão do paciente, a mulher **devia** algo a ele, devia satisfação, deveria contar ou ter contado se tinha namorado. A partir do momento da abertura para uma amizade, portanto, as mulheres **perdiam** valor para Rafael, e ele poderia então a partir daí, exercer seu poder de homem com seu direito “conquistado”. Sua grande contradição acontece logo após esse momento: Rafael demanda justiça para si, de forma violenta, coisa que faz com que essas mulheres se afastem.

Ao provocar esses conflitos, Rafael ganha a “chance de ser homem”, de se “provar homem” para si mesmo, de modo que de outras formas (a seu ver, se relacionando) ele não consegue, mas tinha tanto desespero em se afirmar como homem que, quando se aproximava de uma mulher, tinha de fazê-lo:

Os homens podem adotar a masculinidade hegemônica quando é desejável, mas os mesmos homens podem se distanciar estrategicamente da masculinidade hegemônica em outros momentos. Consequentemente, a “masculinidade” representa não um determinado tipo de homem, mas, em vez disso, uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas (Connell, 2013, p. 257).

Tempos depois, com essa necessidade sanada, tentava uma reaproximação, que obviamente não era bem-sucedida e, pela sua medida de tempo, agora já deveria ter sido perdoado. E o ciclo da injustiça e defesa de sua honra se repete (“não aceito que vai ficar por isso mesmo”), até mesmo quando está em risco seu outro objetivo de vida primordial, que era ser financeiramente independente e sair da casa dos pais para morar sozinho. Como no caso de Jéssica, em que havia passado no concurso para ser efetivado no setor em que ambos eram bolsistas, mas que já havia sido advertido e aconselhado pela chefia do setor de que buscasse a vaga, para a qual também tinha direito, em outra universidade, longe daquela relação problemática. Rafael não queria.

RELIGIÃO E A CONSTRUÇÃO DO IDEAL MASCULINO

Concepções religiosas, principalmente as mais conservadoras, por estarem associadas a preceitos morais de certo ou errado, ditam o que é “normal” e o que não é e, portanto, estabelecem “padrões morais, sociais e estéticos, que são assumidos pelo indivíduo enquanto realidade” (Ecco, 2008, p. 94), além de ser “responsável pela criação e manutenção das representações sociais e de gênero” (Lemos, 2008, p. 11), o que também atribui nesse contexto determinando o certo e o errado para homens e mulheres (dentro dessa “normalidade”, heterossexuais e cisgêneros) e determinando, por exemplo, que seu deus é único e é uma figura masculina, facilitando a identificação de homens com uma ideia de supremacia em contraposição ao feminino, já que, dessa forma, o gênero masculino estaria obviamente mais próximo de uma divindade. (Ecco, 2008). Lemos corrobora essa ideia:

A representação social da masculinidade relaciona-se intimamente com a religião. A própria ideia de deus é marcada pelos atributos físicos e subjetivos da masculinidade: força, autoridade, barba, cabelos grisalhos, potência, coragem etc. Deus jamais é representado (pinturas, discursos, práticas) enquanto um homem com características atribuídas às mulheres (emoção, doçura, afeto) (Lemos, 2008, p. 12)

Além disso, para Ecco (2008, p. 96), apesar de na contemporaneidade haver novos mitos, ou ainda de que mitos bíblicos não são mais creditados como em tempos antigos, (como por exemplo da criação do homem a partir da terra e da mulher a partir da costela do homem) “essas ideias religiosas não perderem sua influência cultural no processo de sacralização das representações sociais sobre a masculinidade”. Dessa forma, “os discursos e práticas religiosas têm a função de estruturar a masculinidade, dando ao homem a semelhança eterna com a divindade, desde que se exerça a masculinidade imposta pela religião (Lemos, 2008, p. 4)

Eis a angústia de Rafael: sua família era católica e todos frequentavam a igreja. Ele fez todas as formações na doutrina que havia conforme sua idade desde cedo (inclusive aprendi muitos termos e especificidades da religião católica devido a seus relatos), até chegar à liderança do grupo de jovens em que o caso de Helena aconteceu. O padre que convidou Rafael a não frequentar mais a igreja o conhecia desde criança e, portanto, era também uma

referência masculina, além de ser a referência divina dentro das crenças da religião. No momento em que houve essa quebra, Rafael ficou dividido entre sua religião e sua honra, na medida em que houve uma ruptura no seu ideal de masculino – falava da outra figura masculina central em sua vida, seu pai, como inativo, “frouxo”, “preguiçoso” (mas ainda assim provedor), e ao mesmo tempo o padre da igreja estava, a seu ver, cometendo uma injustiça barbárica, um atentado a sua honra por “ficar do lado de Helena”. De que forma se definem, a partir de então, os papéis de gênero para Rafael? Se a igreja católica, na forma das ações do padre, o trata dessa forma – uma figura de autoridade e divina achando que ele havia sim feito algo errado, acaba criando um conflito importante para Rafael, que está, a seu modo, aplicando os preceitos masculinos ensinados pela religião, mas mesmo ali dentro, sendo punido por isso. Como afirma Lemos:

Poderíamos deduzir que o sujeito masculino moderno está “entre a cruz e a espada”. Se por um lado há um discurso bem definido pela religião para que ele se represente enquanto homem (casado, pai, financeiramente estável etc.), por outro, a realidade desse homem que vive numa sociedade “moderna” globalizada é a de um sujeito que não tem acesso a todas as características exigidas pela masculinidade hegemônica. Isso é capaz de gerar nos indivíduos uma crise identitária, a partir do que a sociedade espera que ele seja, e o que de fato ele é ou consegue ser. (Lemos, 2008, p. 5)

Portanto, ao mesmo tempo em que Rafael está aplicando na prática o que lhe foi ensinado pela religião, a própria igreja o expulsa do principal local da prática da fé. Por isso, após o episódio da discussão com o padre, Rafael passou a questionar sua própria fé na religião católica. Esse processo envolvia grande culpa (em pensamento, acusava e xingava seu deus pela situação em que se encontrava) e compensação no formato de ações relacionadas ao seu (autodiagnosticado) Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), que surgiam em atos relacionados à limpeza, como tomar muitos banhos por dia ou lavar as mãos duas ou três vezes em qualquer ocasião – o que sugere que as questões da fé estão muito bem inscritas na construção de sua subjetividade, de forma que questioná-las se torna um ato “sujo” – contudo, as concepções da igreja acerca dos papéis de gênero contribuem para ações como esta, de dominância masculina e perpetuação da violência contra a mulher. É de se esperar que Rafael esteja em grande sofrimento dessa forma.

Entre sua honra – seu valor – e sua religião, a primeira acaba se tornando soberana perante essas questões, pois mesmo que a religião tenha contribuído fortemente para o seu desenvolvimento subjetivo e de suas concepções sobre a masculinidade, Rafael não aceita “que fique por isso mesmo” e abre uma denúncia contra o padre no órgão responsável pelas igrejas da região (a arquidiocese), ficando assim contra tudo e contra todos na igreja. Vemos aí, portanto, a renúncia de uma das fontes da criação do valor da honra, porém o produto dessa criação religiosa, seu “valor intrínseco masculino”, permanece mesmo com sua fé em questão – foi possível para Rafael, portanto, considerar abdicar de sua fé sem abdicar do ideal de como um homem deve ser e o que deve fazer, que é produto desta mesma fé.

Quando a instituição religiosa supervaloriza os atributos da masculinidade, ela não está apenas dando instruções sobre como ser homem, ela está afirmando que em oposição a estas questões está ‘o outro lado da moeda’ – a mulher, que é o oposto a tudo aquilo que o homem representa. Se o homem é a representação de deus lá no céu, a mulher é a representação do diabo aqui na terra. (Lemos, 2008, pp. 13 e 14)

Deixo a provocação: por que Rafael tratava as mulheres da forma que tratava?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi colocado na introdução deste trabalho, acredito que o ponto maior que pretendi expor é exatamente o que está acima: não considerar que homens são dignos de pena, porém reconhecer que a educação relacionada à teoria de gênero entrará como benefício para as vidas também desses homens, que matam, que morrem, que se suicidam, que não abraçam seus filhos, que abusam, que lutam por uma honra que de nada vale.

Pretendi, portanto, reforçar, através de um caso clínico, que é necessária uma matriz, uma “lente” feminista, ou sob os estudos de gênero que procuram questionar as desigualdades associadas ao patriarcado, ao modo como homens, principalmente, se relacionam com outras pessoas desde a criação de um filho por um pai, ou em uma relação conjugal, e como as crenças prescritivas da masculinidade hegemônica no fim das contas afeta todos os gêneros, em maior ou menor grau, assim como todas as orientações sexuais, raças e classes sociais. Que possamos ter um olhar para o gênero masculino não como cheio de prescrições a serem cumpridas e validadas, mas de relevância fundamental na medida em que pessoas se identificam como tal, assim como – da mesma forma – tantas pessoas se identificam com outros gêneros de igual relevância social. O que são as masculinidades senão a construção da identidade de gênero de cada um que se identifica no gênero masculino? É claro que há vantagens para os homens na dominação masculina, mas há também muitos custos – o que não é dizer que seu sofrimento com isso é nem de perto próximo ao que, por exemplo, mulheres sofrem. Igualdade de gênero significa liberdade de gênero, liberdade de prescrições montadas e impostas a todo novo recém-nascido diariamente – então a ideia é que “...se homens tomarem consciência das relações de poder, torna-se possível transformá-las e reconstruí-las.” (Medrado, 2008, p. 833)

Se os homens querem mesmo acabar com as pressões prescritivas da masculinidade hegemônica, então devem estar dispostos a abdicar dos privilégios ligados ao seu gênero, sendo que tal processo é atravessado pela conscientização do que passam, sofrem os gêneros não-dominantes, os "diferentes".

De que forma Rafael representa um homem cuja masculinidade, se tivesse sido experienciada de diferentes formas, mais livres, poderia se culpar menos, ter mais autoconfiança, mais autoestima, mais autonomia e que poderia ainda ser uma pequena peça

que poderia, hipoteticamente, contribuir de forma direta ou indireta, em mais igualdade de gênero no contexto particular onde convive?

REFERÊNCIAS

- Aleixo, A., Cunha, D. A., França, I. V., Santos, V. A. & Scardua, A. (2016) O ideal de masculinidade construído na literatura cristã: homem ao máximo – uma análise de conteúdo. *Anais XII CONAGES*. Campina Grande: Realize Editora. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18586>>. Acesso em: 01/05/2021
- Botton, F. (2007). As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. *Revista Vernáculo*, 1(19/20).
- Bourdieu, P. (2005). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- Brown, R. P., Baughman, K., & Carvallo, M. (2018). Culture, Masculine Honor, and Violence Toward Women. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 44(4), 538–549. <https://doi.org/10.1177/0146167217744195>
- Butler, J. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Connell, R. W. & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424
- Ecco, C. (2008). A função da religião na construção social da masculinidade. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 14(1), 93-97.
- Fuller, N. (2001). *Masculinidades. câmbios y permanências*. Pontificia Universidad Católica Del Peru: Fondo Editoria.
- Guerra, V. M., Scarpati, A. S., Brasil, J. A., Livramento, A. M. & Silva, C. V. (2015) Concepções da masculinidade: suas associações com os valores e a honra. *Psicologia e Saber Social*, 4(1), 72-88.
- IPEA, FBSP. (Orgs.) (2020). *Atlas da violência 2020*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo.
- Lemos, F. (2008). A representação social da masculinidade na religiosidade contemporânea. In: *Revista Netmal: Núcleo de estudos tecnológicos da mulher na América Latina*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2008.
- Maciel, P. de A. (2006). *Tornar-se homem: O projeto masculino na perspectiva de gênero*. (Tese de Doutorado) - Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Medrado, B. & Lyra, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 809-840.

- Oliveira, P. P. (1998). Discursos sobre masculinidade. *Revista de Estudos Feministas*, 6(1), 91 – 112
- Rohden, F. (2006). Para que serve o conceito de honra, ainda hoje? *Campos*, 7(2), 01-120
- Romey, D. (2013). "Fala que nem homem": gênero, poder e honra em um canteiro de obras. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Separavich, M. A. & Canesqui, A. M. (2013). Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica. *Saúde e Sociedade*, 22(2), 415-428. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200013>
- Veloso, M. A. (2005) Uma abordagem de gênero a partir da religião: gênero masculino e cristianismo. In: MUSSKOPF, A. S.; STRÖHER, M. J. (Orgs.). *Corporeidade, etnia e masculinidade: reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: Sinodal.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*, 9(2), 460-482.